



Uma proposta para leitura crítica em língua estrangeira

Alda Maria Coimbra¹
Colégio Pedro II

Resumo: O propósito desse artigo é refletir sobre o potencial da Análise Crítica do Discurso como ferramenta para o ensino / aprendizagem de língua estrangeira (LE), tendo como principais eixos configuradores das reflexões empreendidas os estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (EGGINS, 1994 e HALLIDAY, 2004) e da Análise Crítica do Discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 1992/2007, 2001, entre outros). Por meio da proposta metodológica tridimensional desenvolvida por Fairclough, fizemos um estudo de aspectos da produção, distribuição e consumo de textos escritos que são utilizados em atividades de leitura em LE. O levantamento dessas questões discursivas tem como objetivo contribuir para a análise de marcas sociais. Do mesmo modo, o estudo desses aspectos deve ser entendido como um pilar fundamental para o ensino / aprendizagem de LE, cuja preocupação seja o desenvolvimento do empoderamento discursivo na formação de sujeitos capazes de assumir posições diante de discursos, valores e ideologias.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional, Análise Crítica do Discurso, Leitura Crítica em Língua Estrangeira.

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the potential of Critical Discourse Analysis as a tool for teaching / learning a foreign language (FL). The main axes of the reflections undertaken are the studies of Systemic Functional Linguistics (EGGINS, 1994 and Halliday, 2004) and Critical Discourse Analysis (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 1992/2007, 2001, among others). Through the three-dimensional methodological approach developed by Fairclough, we examined aspects of production, distribution and consumption of written texts that are used in FL reading activities. The survey of these issues aims to contribute to the analysis of social markers. Similarly, the study of these aspects should be understood as a cornerstone for FL teaching / learning, whose main concern is the development of discursive empowerment in the education of individuals who are capable of taking stands when faced with discourses, values and ideologies.

Key-words: Systemic Functional Linguistics, Critical Discourse Analysis, Critical Reading in Foreign Language.

¹ coimbra.aldamaria@gmail.com



1. Introdução

Este trabalho, apresentado na sessão coordenada “Interfaces entre a Linguística Sistêmico-Funcional e o Discurso para os Estudos da Linguagem”, investiga as condições de produção, distribuição e consumo de textos escritos. Para a realização dessa tarefa, utilizamos como exemplo cartas de leitores que apresentam opiniões do público leitor sobre artigos de opinião de um jornal de grande circulação internacional, o *New York Times*, em sua versão eletrônica. O principal objetivo desse trabalho é a reflexão sobre as implicações dessas circunstâncias particulares para o ensino / aprendizagem de LE. Esse levantamento de aspectos da produção, distribuição e consumo de textos escritos tem como embasamento teórico alguns aspectos da proposta metodológica tridimensional desenvolvida por Fairclough (1992/2007 e 2001). Inicialmente, essa metodologia é apresentada de forma sucinta, em seguida, as condições de produção, distribuição e consumo e suas implicações são avaliadas e, por fim, a título de considerações finais, as relações dessas condições ao contexto de ensino / aprendizagem de LE serão apresentadas.

2. Sob a perspectiva de Fairclough

Na concepção de Fairclough (2001, p. 22), “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”. A partir deste conceito tridimensional e para fins de organização da análise dos eventos discursivos, a vertente metodológica da proposta da Teoria Social do Discurso propõe três categorias analíticas: texto, prática discursiva e prática social.

Esta visão congrega três tradições de análise. São elas:

a tradição de análise textual e linguística detalhada na Linguística, a tradição macro-sociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou micro-sociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de



senso comum partilhados. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100)

É importante destacar que o propósito da separação em três categorias é simplesmente para fins de organização do processo da análise e que a ordem escolhida para a apresentação das dimensões não interfere nos resultados da análise; mesmo porque, em alguns casos, elas poderão se sobrepor. A escolha de uma ordem específica em detrimento de outras sempre dependerá dos propósitos e ênfases dos analistas. Além disso, segundo Fairclough (2001, p. 282-283), poderá acontecer que “em qualquer análise particular algumas das categorias são provavelmente mais relevantes e úteis que outras, e os analistas provavelmente desejam focalizar um número pequeno de categorias”. A análise das práticas discursivas que investiga a natureza dos processos de produção, distribuição e consumo dos textos, considera que os três processos sofrem influência direta de fatores sociais.

A produção de textos varia de acordo com o tipo de discurso em questão e sempre se realiza em consonância com fatores sociais. Uma notícia de jornal, por exemplo, pode exigir a atuação de um quadro composto de assistentes, repórteres, fotógrafos, redatores, editores etc., todos, direta ou indiretamente, produtores de um mesmo texto. Neste caso, realiza-se um processo complexo, com várias etapas; contudo, tem-se a impressão de que o autor é apenas um único indivíduo. Muitas vezes, dependendo da complexidade da produção de um texto em análise, é necessário que se faça uma divisão por etapas para se obter uma real percepção de como a sua produção se realiza.

Quanto à distribuição, ela pode ser simples, por exemplo, uma conversa informal, que se realiza em um contexto imediato, ou complexo, por exemplo, uma circular de uma empresa multinacional que é distribuída pelas várias filiais e seus respectivos setores. Neste segundo exemplo, quem elabora o texto poderá prever não somente o destinatário (quem lerá) como também outras audiências possíveis (quem escutará e quem ouvirá).

Assim como na produção, fatores sociais também têm direta influência sobre o consumo de textos (que podem ser relidos, transcritos, descartados etc.), que pode se realizar de múltiplas formas: individualmente, coletivamente, com atenção total ou parcial. Os textos também podem gerar ações discursivas, por exemplo, uma consulta médica pode gerar um relatório que, por sua vez, pode gerar estatísticas (FAIRCLOUGH, 1992/2007, 2001); ou



extradiscursivas, por exemplo, uma carta de demissão, que gera a própria demissão e um bilhete premiado da loteria que gera uma série de eventos (comemorações, compras, viagens etc.).

Quanto à produção e à interpretação de textos, é mister tecer considerações sobre os recursos sociocognitivos empregados nas suas realizações. Segundo Fairclough, as dimensões sociocognitivas da produção e interpretação textuais são concretizadas mediante a relação entre os recursos que os participantes discursivos internalizaram (normas, convenções, estruturas sociais etc.) e que são ativados no processamento do texto e o texto propriamente dito, “como um conjunto de ‘traços’ do processo de produção, ou um conjunto de ‘pistas’ para o processo de interpretação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109). Às fronteiras estabelecidas pelos recursos dos participantes, soma-se o fato de que a própria natureza da prática social determinará quais recursos serão utilizados e de que maneira. Como a eficácia ideológica dos processos de produção e interpretação se dá justamente porque eles não se realizam de forma consciente e refletida, a grande vantagem do modelo tridimensional é explorar as limitações estabelecidas pela prática social para se fazer conexões entre a natureza desta e a dos processos discursivos.

Fairclough (ibid.) considera tanto a produção como a interpretação, processos que são, em parte, descendente (*top-down*) e, em parte, ascendente (*bottom up*). Sob esta ótica, podemos compreender como se desenvolvem as etapas pelas quais os intérpretes passam na redução da ambivalência em potencial dos textos. Ainda nesta linha de raciocínio, se confirma a participação do contexto, em um sentido mais estreito, como aquilo que “precede (ou segue) em um texto” (ibid., p. 110) na redução da ambivalência. Em um sentido mais amplo, o contexto também compreende

o que às vezes é chamado o “contexto de situação”: intérpretes chegam às interpretações da totalidade da prática social da qual o discurso é uma parte, e tais interpretações conduzem a predições sobre os sentidos dos textos que novamente reduzem a ambivalência pela exclusão de outros sentidos possíveis. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 110)

A utilização desse contexto da situação para a redução da ambivalência requer uma prévia interpretação do próprio contexto da situação, que se dá semelhantemente à



interpretação de textos, pois envolve uma ação recíproca entre dicas e recursos pessoais dos agentes envolvidos. Neste caso, esses recursos constituem um “mapa mental da ordem social” (ibid., p. 112), que vem a ser somente uma leitura “das realidades sociais que se prestam a muitas interpretações, política e ideologicamente investidas de formas particulares” (ibid.).

O contexto é igualmente significativa na diminuição da ambivalência da força do enunciado. Fairclough serviu-se do conceito de força ilocucionária proposto por Leech (1983), que vem a ser o que o falante realiza ao utilizar certos enunciados; isto é, os enunciados possuem intrinsecamente, uma força, um valor de ato que lhes dão condições de produzir certos efeitos. Nas palavras de Fairclough (2001, p. 111), “A força de parte de um texto [...] é seu componente acional, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza, que ‘ato(s) de fala’ desempenha (dar uma ordem, fazer uma pergunta, ameaçar, prometer, etc.).”

Outro aspecto de grande relevância para os processos de produção e interpretação é a coerência, que, para Fairclough (ibid.), é uma propriedade de interpretações e não dos textos, pois um texto somente significa algo para o agente que dele faz sentido, “alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores explícitos” (ibid., p. 113). Essas inferências e conexões realizadas pelos intérpretes estão em sintonia com princípios interpretativos relevantes que são imprescindíveis para gerar leituras que façam sentido. Há de se notar que as referidas inferências e conexões podem estar baseadas em pressuposições ideológicas e culturais.

3. Condições de produção e suas implicações

Para realizar a produção do gênero em questão — escrever e enviar uma carta de leitor a um jornal eletrônico — o missivista necessita de um conjunto de recursos cognitivos que abrange, entre outros, capacidade de inferir, realizar conexões e produzir o gênero carta do leitor, posse de informação prévia sobre o assunto, conhecimento avançado de língua inglesa e noção de informática. Quanto aos recursos materiais, o remetente depende da utilização de um sistema computacional composto de equipamentos físicos e periféricos, do uso de programas de computador e do acesso à rede. Com referência aos motivos que levam leitores a escrever aos



periódicos, inúmeras intenções de diversas ordens podem ser listadas, tais como, apresentar críticas, encaminhar sugestões, compartilhar sentimentos, fornecer informações complementares, entre outras.

O *Times*, assim como muitos outros periódicos, informa aos leitores interessados em enviar suas opiniões as normas para a publicação de cartas. Em geral, estas regras são apresentadas como necessidades de publicação do jornal. Além destas normas, os leitores também são informados da possibilidade de edição de suas cartas para que elas se tornem publicáveis. Tanto o estabelecimento dessas normas, bem como a realização da edição, produzem, de forma direta, significantes implicações no processo de produção e no resultado final das cartas.

As regras estabelecidas pelo *Times* informam que a carta enviada ao jornal não deve: ser enviada a outro periódico, ser uma carta do tipo aberta ou de terceiros, ter mais de 150 palavras, ser enviada através de arquivo anexado e se referir a um artigo publicado a mais de sete dias; e ainda: o remetente deve informar o seu nome, endereço e número do telefone. Deste conjunto de normas, destacamos duas: a que se refere ao tamanho das cartas e à identificação do remetente, pois, a nosso ver, estão carregadas de significados subjacentes, capazes de produzir importantes implicações para a produção deste gênero.

De acordo com o *Times*, através de um texto explicativo sobre o processo de seleção e edição das cartas, a necessidade de se restringir o tamanho das missivas é determinada por dois motivos fundamentais. Primeiro, porque o periódico tem limitação de espaço, determinando que apenas um conjunto de aproximadamente quinze cartas pode ser publicado por dia. E, em segundo lugar, porque o jornal precisa disponibilizar espaço para que outros leitores se pronunciem, garantindo, assim, uma multiplicidade de vozes. Entretanto, neste mesmo texto, no qual apresenta as justificativas acima, o redator reconhece que, em uma eventualidade, uma carta mais longa poderá ser publicada. Esta informação em muito nos surpreende e nos faz de imediato refletir sobre que características tão especiais uma carta do leitor em particular tem, a ponto de persuadir o conselho editorial a publicá-la, mesmo tendo o seu remetente ultrapassado o limite de tamanho estabelecido pelo jornal. Poderíamos talvez conjecturar que uma carta mais longa que é excepcionalmente publicada poderia conter juízos que atendam aos princípios particulares do jornal. Infelizmente, pela indisponibilidade de



dados, ficamos sem resposta para esta indagação.

Quanto à identificação do remetente, por motivos óbvios, as informações sobre o missivista se fazem necessárias para a comprovação da autoria e, caso haja alguma necessidade, para o contato com o mesmo. Entretanto, a identificação do autor da carta do leitor tem uma relevância discursiva mais abrangedora, pois, quando a autoria vem acompanhada da posição que o missivista ocupa, ela certamente também outorga mais autoridade ao autor e credibilidade às suas ideias. Além disso, esta obrigatoriedade de comprovação da autoria, dado que vem posicionado logo abaixo do texto da carta, também serve, sem sombra de dúvida, para eximir o periódico de maiores comprometimentos sobre o conteúdo publicado.

Quando dados de caráter pessoal ou profissional apresentados no corpo das missivas complementam a autoria, as informações aparentemente espontâneas que surgem no interior do texto definem o lugar de onde o missivista fala e servem para dar suporte às suas ideias e argumentações. De certa forma, elas proporcionam um relativo equilíbrio na relação desigual de poder entre o leitor missivista e o conselho editorial.

Por outro lado, a força da autoria do leitor missivista pode ser ameaçada ou minimizada pela provável edição que o conselho editorial realiza. Em outras palavras, quando seleciona e manipula uma carta do leitor, o referido conselho compartilha da autoria² e, portanto, ao assumir o lugar de co-autor no discurso, também toma para si responsabilidades pelo texto que publica. A investigação do processo de edição deste tipo de missiva nos remeterá ao conceito de reescrita desenvolvido por Lefevere (1992 apud ASSUNÇÃO, 2005) que, em sua obra *Translations, Rewriting & the manipulation of Literary Fame* (Traduções, Reescrita & a manipulação da Fama Literária), investiga o papel dos mediadores que reescrevem a literatura, na medida em que situa “o seu objeto de estudo entre a produção do texto e a sua recepção” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 2). Apesar de Lefevere se ocupar de textos literários, segundo Assunção (2005, p. 3), “as considerações de Lefevere são de extrema importância quando se considera a questão das cartas de leitores em sua relação com as condições para publicação dos textos”.

² Antes mesmo da produção de cartas dos leitores, a participação do conselho editorial como co-autor é sinalizada através da determinação de exigências para a redação e publicação das missivas.



Uma vez que cartas dos leitores são, em geral, previamente editadas, ou seja, manipuladas ou reescritas por um corpo editorial, pode-se entender a ação das normas estabelecidas para publicação como um processo de constituição e reformulação do sentido originalmente produzido. Isto porque o jornalista redator que coordena a seção “Cartas dos Leitores” desempenha o papel de mediador entre o leitor-missivista e os leitores da seção do jornal. Caberá somente a ele realizar a tarefa de edição das cartas enviadas para que elas atendam às orientações e necessidades de “espaço, clareza, civilidade e precisão”³ para a publicação do jornal e, finalmente, sejam legitimadas como textos publicáveis.

No caso do *Times*, segundo informações fornecidas por este instrumento de comunicação, o leitor-autor recebe a carta editada antes da publicação; embora não tenhamos encontrado indicações de que a voz do missivista seja ouvida na etapa de finalização do processo de reescrita. Portanto, ao avaliarmos a natureza da relação entre os interlocutores — o leitor missivista e o redator —, podemos dizer que eles estão envolvidos em uma relação assimétrica de confronto (LINELL, 1990) e que a carta do leitor estabelece uma interação formal de baixo envolvimento afetivo, com uma grande probabilidade de que seja o único contato entre eles. Ainda com base em Lefevere (1992, p. 7 apud ASSUNÇÃO, 2005, p. 3), “Aqueles que se engajarem nesse estudo terão de se perguntar sobre quem, porque, sobre que circunstâncias, para que audiência reescrevem.”

Quanto às razões para a edição das missivas, com base em Lefevere (1992), poderíamos ainda pensar em prováveis questões de ordem ideológica, uma vez que “os reescretores adaptam, manipulam os originais, trabalham com alguma extensão e usualmente o fazem vinculados a correntes poetológicas e ideológicas dominantes do seu tempo” (LEFEVERE, 1992, p. 8 apud ASSUNÇÃO, 2005, p. 3).

Quanto às circunstâncias da reescrita, uma vez que os originais das cartas, assim como os conteúdos editados, não estão disponíveis para consulta, cabe-nos fazer importantes conjecturas sobre a intervenção realizada pelo conselho editorial na seleção e redação das missivas. Por exemplo, que critérios foram efetivamente aplicados no processo de seleção; até que ponto a opinião do missivista foi expressa ou o seu intento foi atingido exatamente como

³ Nossa tradução para: “space, clarity, civility and accuracy”.



planejado originalmente; que alterações foram realizadas pelo conselho editorial para que a clareza ou a civilidade fosse ajustada; o que o conselho entende por “clareza” e “civilidade”; o que realmente foi alterado e o que restou da formulação original; que novos sentidos foram produzidos e que sentidos foram alterados ou descartados? Muito embora o *Times* disponibilize um extenso artigo, cujo objetivo é responder a perguntas frequentes sobre edição e aprovação das cartas, nada é esclarecido sobre essas questões.

Por fim, entendemos que são características inerentes à produção do gênero carta do leitor tanto a seleção como a edição (co-autoria) dos textos. Todavia, como frutos do processo de reflexão sobre as condições de produção do gênero carta do leitor, surgem algumas questões relacionadas ao processo de produção que estão direta ou indiretamente atreladas aos processos de distribuição e consumo. Essas questões nos levam a indagar em que medida: 1- este conjunto de cartas não constituiria mais um instrumento utilizado pelo jornal para conduzir as reflexões e, por extensão, formar as opiniões de leitores; 2- a aceitação de cartas dos leitores teria como objetivo instaurar um processo oculto de retroalimentação, através do qual o jornal obtém opiniões (positivas ou negativas) sobre sua linha editorial; 3- a sessão de cartas seria simplesmente mais um canal através do qual o jornal expõe, de forma velada, as suas próprias ideias e 4- estaria o leitor missivista apenas fazendo o papel de um boneco de ventríloquo?

4. Condições de distribuição e suas implicações

Cartas dos leitores originais são primeiramente distribuídas pelos leitores missivistas apenas para o conselho editorial, que, após o processo de seleção e edição, as aprova e executa a publicação.

Para acessar as cartas enviadas ao *Times* na versão eletrônica, os leitores têm de estar conectados à *Internet* e optarem por entrar na página do referido jornal, que é o suporte deste gênero. Portanto, a rede é o instrumento através do qual este gênero de caráter opinativo



chega, sem grandes dificuldades, aos seus destinatários. À praticidade⁴ proporcionada pela rede de informações, juntam-se outras duas peculiaridades deste periódico que são: a sua fácil divulgação e o seu amplo alcance em todo o mundo. A primeira, a facilidade⁵ de divulgação, é proporcionada pelo fato de que a veiculação é feita em língua inglesa, idioma que é considerado uma língua franca e que promove a abrangência mundial do periódico. A segunda, o largo alcance, é resultante do fato de que o país de procedência do jornal, os Estados Unidos, por possuir robustez econômica e política, vem exercendo uma forte influência mundial.

No que concerne à disponibilidade de acesso às cartas, todas as missivas, assim como os artigos ou editoriais que as originaram, estão disponibilizados nos arquivos do *Times* e podem ser consultados a qualquer momento, sem nenhum encargo financeiro. Contudo, como já mencionamos, os originais das cartas enviadas, assim como informações sobre o processo de edição, não estão disponíveis para consulta do público em geral.

Quanto à divisão do espaço para publicação de matérias, no *Times*, assim como geralmente acontece em vários jornais nacionais e internacionais, esta apresenta um desequilíbrio. Como é de conhecimento compartilhado, a obtenção de espaço na mídia requer a detenção de poder e o espaço reservado à publicação de cartas dos leitores é imensamente menor que o espaço destinado à publicação das matérias produzidas pelo corpo editorial e jornalístico. Logo, o tamanho reduzido que é destinado à seção de cartas dos leitores indica que, no contexto desta relação, o *Times* detém a autoridade e o poder. Tal situação faz-nos refletir em que medida os leitores têm espaço genuinamente garantido e reconhecidamente significativo em periódicos de cunho jornalístico para que suas vozes sejam verdadeiramente ouvidas.

5. Condições de consumo e suas implicações

Segundo Fairclough (1992/2007), as dimensões sociocognitivas, tanto da produção quanto da interpretação, se realizam de acordo com a relação entre os recursos internalizados pelos agentes discursivos e que são acionados no processo de decodificação do texto e do

⁴ Tendo em vista o perfil de leitor cujos recursos são apresentados na seção seguinte.

⁵ Idem.



próprio material textual. Quando tratamos da prática discursiva, foram discutidos significantes aspectos relacionados à utilização no processamento do texto de recursos previamente internalizados pelos leitores. Mencionamos a importância da utilização do contexto de situação para a redução da ambivalência (das forças) dos enunciados e a relevância da ativação das capacidades de inferir e realizar conexões para se ter coerência.

Considerando o gênero em questão aqui, para que as cartas⁶ dos leitores sejam interpretadas de forma satisfatória, tanto por um conselho editorial quanto por leitores em geral, a leitura antecipada do editorial que deu origem às cartas e, na medida do possível, um razoável conhecimento prévio sobre o assunto em pauta se fazem necessários. Devido à natureza específica da prática social em exame — ler e interpretar cartas publicadas em jornal norte-americano na sua versão eletrônica — os destinatários devem também ter outros recursos pessoais e cognitivos que envolvam, além da capacidade de inferir, realizar conexões e obter informação prévia sobre o assunto, deter conhecimentos avançados de língua inglesa⁷ e de informática, além de identificar o gênero opinativo carta do leitor. Quanto aos recursos materiais, a utilização de um sistema computacional composto de equipamentos físicos e periféricos, o uso de programas de computador e o acesso à rede são indispensáveis.

Com relação ao público-alvo, é mister observar que cartas dos leitores são escritas e enviadas por leitores missivistas em resposta a editoriais. Sendo assim, os destinatários identificáveis deste tipo de cartas são, a princípio, os jornalistas que compõem o conselho editorial do jornal. Contudo, como essas missivas estão disponíveis para o público em geral, os outros consumidores do jornal também exercem papel significativo e devem ser considerados leitores virtuais ou destinatários em potencial. Em decorrência, direta ou indireta, desta pluralidade de destinatários, diferentes escolhas (conscientes ou inconscientes) que contribuam para o processo interpretativo serão feitas pelo leitor missivista durante o processo de redação do seu texto.

O consumo de cartas dos leitores pode sofrer a intervenção de fatores de ordem social, de forma que ele poderá se dar individual ou coletivamente. Do mesmo modo, outros fatores de ordens diversas podem contribuir para que essas cartas sejam relidas, em voz alta

⁶ Cumpramos ressaltar que o conselho editorial interpreta a carta inédita, ou seja, sem edição, e os leitores interpretam a carta editada.

⁷ O *Times* disponibiliza um prático recurso para se obter informações sobre as palavras, expressões ou nomes usados nos editoriais e cartas. Ao clicar duas vezes sobre o item desejado, uma janela se abre com a definição do dicionário *American Heritage Dictionary* (2007, 4ª ed.) ou o verbete da enciclopédia *The Columbia Electronic Encyclopedia* (2003, 6ª ed.)



ou silenciosamente, impressas, transcritas, disponibilizadas ou gravadas em mídia eletrônica, enviadas a outros destinatários, em diferentes regiões ou continentes. Por fim, o consumo poderá gerar várias ações discursivas ou extradiscursivas como, por exemplo, aulas, conversas informais, discussões, debates, elaboração de outros textos de variados gêneros, entre outras.

6. Condições de produção, distribuição e consumo no contexto de ensino / aprendizagem de LE e suas implicações

Essa investigação também tem, de certa forma, um escopo pedagógico que busca compreender, sistematizar e investigar a utilização do gênero carta do leitor no ensino / aprendizagem de LE. Sendo assim, resta-nos ainda considerar, em particular, a extensão e implicação das participações da equipe de ensino e do aluno de LE no processo que envolve as etapas de produção, distribuição e consumo de textos em geral e cartas dos leitores mais especificamente, no contexto institucional da escola. Com base em nossa vasta experiência como docente e coordenadora pedagógica de LE, em diversas instituições de ensino, faremos, a partir de agora, considerações complementares e inclusivas que não invalidam as que já fizemos até aqui.

Iniciaremos com a análise das condições desta que pode ser considerada uma terceira fase de produção pela qual a carta do leitor atravessa. Nesta etapa, a equipe de ensino⁸ é o agente que executa uma intervenção concretizada através da seleção e da manipulação da carta do leitor postada no jornal. Deste modo, a argumentação sobre a questão da autoria também se aplica neste contexto particular. Ou seja, a equipe de ensino de LE, assim como o conselho editorial, atua como co-autora na medida em que seleciona e faz modificações na carta que deseja trabalhar com seus alunos.

Em geral, a seleção pode ser realizada por três principais motivos. Um deles é a questão temática, isto é, a equipe de ensino seleciona uma determinada carta do leitor, cujo tema pretende discutir com seus alunos em sua sala de aula. Geralmente, a escolha dos temas é realizada tendo em vista o desenvolvimento de conteúdos (inter) disciplinares, a discussão de acontecimentos atuais de grande repercussão, entre outros. Um outro motivo para a

⁸ Dependendo da hierarquia institucional, somente o docente realizará esta tarefa.



seleção é a questão gramatical ou lexical, ou seja, a carta é escolhida porque contém uma determinada construção gramatical ou lexical que deve ser ensinada. Sendo assim, seleciona-se uma determinada carta para usá-la como material de ensino de itens gramaticais ou lexicais previamente listados no conteúdo programático das séries escolares. O terceiro motivo é a questão do gênero, isto é, a equipe de ensino seleciona uma determinada carta do leitor, pois pretende apresentar e desenvolver análises, que podem estar fundamentadas por diferentes linhas teóricas, deste gênero em especial.

Eventualmente, a seleção das cartas também pode ser realizada tendo em vista critérios complementares de outras ordens, tais como tamanho ou percepção (contra ou a favor de determinado tema) preestabelecidos ou convenientes. Por fim, é mister observar a estreita relação entre os procedimentos de seleção e as condições de consumo. Para selecionar textos cujos temas e informações sejam relevantes, a equipe responsável precisará de conhecimentos que favoreçam o reconhecimento e a determinação dessas informações.

Com relação às modificações⁹, normalmente, a equipe de ensino as executa por causa de restrições de ordem material e/ou pedagógica. Para atender às questões materiais, com frequência, realizam-se alterações, tais como, mudança na configuração gráfica do texto (por exemplo, empregando tipos e/ou tamanhos de caracteres diferentes, modificando o espaçamento e o alinhamento dos parágrafos, suprimindo destaques, tabelas e/ou caixas de texto) para adaptar o texto aos padrões de impressão da escola ou reduzir as quantidades de papel e tinta utilizados na impressão. Normalmente, as necessidades pedagógicas se referem ao controle do nível de dificuldade que os textos apresentam para os alunos ou ao ensino de determinado item gramatical ou lexical. Estas necessidades são atendidas com a inclusão, troca e/ou retirada de trechos, vocábulos, pontos gramaticais, gráficos, figuras e/ou imagens.

As considerações sobre as condições de distribuição em contextos diversos também se aplicam à distribuição no contexto pedagógico, que se relaciona de forma direta aos recursos materiais pertencentes aos docentes e aos alunos e/ou aos recursos disponíveis na instituição de ensino.

⁹ Com frequência, estas modificações também são realizadas em outros gêneros pelos mesmos motivos.



Assim como para leitores em geral, as cartas podem chegar aos alunos através da leitura na própria página do jornal eletrônico. Além disso, existem outras possibilidades de distribuição específica para os alunos de LE no contexto escolar. Os professores geralmente distribuem textos, de diversos gêneros, através da utilização de ferramentas ou suportes como: computador para apresentar o texto armazenado em instrumentos de mídia, projetor para exibir o texto através de transparências ou fichas projetadas, máquina copiadora para produzir cópias impressas do texto (prática mais comum) e quadro de giz para transcrever o texto para que os alunos copiem.

Quanto à periodicidade da distribuição, dependendo da hierarquia institucional, da participação na montagem dos programas e da alocação do poder de decisão, caberá ao elaborador da programação, ao coordenador pedagógico ou ao professor regente decidir a quantidade de cartas e a oportunidade nas quais elas serão distribuídas aos alunos de LE.

Em relação às condições de consumo, a exposição sobre os recursos cognitivos, materiais e pessoais dos consumidores em geral também se aplica aos consumidores no contexto pedagógico. Apresentaremos, a seguir, reflexões sobre as circunstâncias mais específicas nas quais os consumos do docente e do aluno de LE se realizam.

Quanto aos motivos do consumo, é fato que geralmente o docente de LE lê cartas dos leitores com o único propósito de selecionar material para desenvolver o seu trabalho em sala de aula. Contudo, assim como qualquer outro agente social, ele poderá consultar uma página de um periódico para ler artigos e cartas dos leitores em busca de material para informação pessoal e/ou diversão. É importante observar, entretanto, que até mesmo a leitura com estes outros propósitos pode eventualmente sofrer forte influência de sua prática docente e ser guiada, de forma direta ou indireta, por seu olhar pedagógico.

Finalmente, após todo o processo de produção e distribuição que discutimos anteriormente, a carta do leitor chega à sala de aula. Nesta etapa, o docente de LE é o provedor ou distribuidor das cartas. Os alunos, por sua vez, são consumidores que, excluídos das etapas anteriores, frequentemente recebem o material para estudo sem consulta prévia. Sendo assim, mesmo sem poder de decisão, alguns alunos acatam a proposta do professor, encaram a tarefa de forma positiva e se dedicam à leitura, cujos objetivos são determinados em função do enfoque para os estudos de gênero selecionado. Contudo, não raras vezes e por



diversos motivos¹⁰, alguns alunos rejeitam a proposta de leitura e optam por não participar ativa e plenamente dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula. Em se tratando do contexto de ensino/aprendizagem de LE, a discussão sobre a pertinência e a eficácia da aplicação de cartas dos leitores, assim como um minucioso levantamento das alterações (nas funções e organizações textuais das missivas), e suas respectivas consequências, não constituem o foco aqui. Devido à complexidade destas questões, um outro estudo se faz necessário.

Ao discutir a didatização¹¹ dos gêneros em sua admirável obra, Marcuschi (2008, p. 171) reconhece que “Muitos são os problemas envolvidos na questão da intergenericidade¹² e [que] ainda não há trabalhos conclusivos sobre o tema”. Desta forma, seria oportuna uma minuciosa análise inserida em uma renovada investigação destas questões complexas, que envolvem os propósitos e as formas, para se determinar o gênero. Somente assim, pode-se adotar, se for o caso, outra classificação e/ou nomeação para os gêneros. Para iluminar esta reflexão, finalizamos com uma pertinente avaliação de Marcuschi sobre o tema:

Os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável e não sabemos ao certo se é possível contá-los todos, pois como são sócio-históricos e variáveis, não há como fazer uma lista fechada, o que dificulta ainda mais sua classificação. Por isso é muito difícil fazer uma classificação de gêneros. Aliás, quanto a isso, hoje não é mais uma preocupação dos estudiosos fazer tipologias. A tendência hoje é explicar como eles se constituem e circulam socialmente. (MARCUSCHI, 2008, p. 159)

7. Considerações finais

Através da proposta metodológica tridimensional concebida por Fairclough, realizamos uma investigação de aspectos da produção, distribuição e consumo de textos escritos, utilizando como exemplo cartas de leitores. O levantamento dessas questões discursivas tem

¹⁰ Os motivos pelos quais os alunos rejeitam ou aprovam tarefas escolares não constituem o foco nesta investigação.

¹¹ Marcuschi (2008) defende a posição de que o livro didático não é um gênero e sim um suporte. Grosso modo, a didatização se refere à utilização do livro didático como suporte para variados gêneros.

¹² O termo intergenericidade é usado por Marcuschi (2008, p. 165) para designar a mescla de formas e funções de gêneros “em que um gênero assume a função de outro”.



como objetivo contribuir para a análise de marcas sociais presentes no material pedagógico utilizado em atividades de leitura crítica em LE, cujos objetivos sejam o desenvolvimento do empoderamento discursivo de agentes sociais reflexivos.

Referências

ASSUNÇÃO, A. L. Cartas de Leitores: Interlocução e silenciamento na mídia. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 5 a 9 de setembro de 2005, Rio de Janeiro. Trabalho apresentado na MT 18 — Análise do Discurso e Estudos da Mídia. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

CHOUliARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity. Rethinking critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

EGGINS, S. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. Londres; Pinter Publishers Ltd., 1994.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992/2007.

_____. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. *Introduction to Functional Grammar*. London: Hodder Arnold, 2004.

LEECH, G. N. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.

LEFEVERE, A. *Translations, Rewriting & the manipulation of Literary Fame*. London and New York: Routledge, 1992.

LINELL, P. The Power of Dialogue Dynamics. In: MARKOVÀ, I.; FOPPA, K. (Ed.). *The Dynamics of Dialogue*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1990.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.